

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!21

REVISTA V!RUS
V!RUS JOURNAL

issn 2175-974x
dezembro . december 2020

ÁGORA
AGORA

A PORNIIFICAÇÃO DO TRABALHO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE PAUL B. PRECIADO
THE PORNIIFICATION OF WORK: A REFLECTION FROM PAUL B. PRECIADO
MARCOS NAMBA BECCARI

PT | EN



Marcos Namba Beccari é bacharel em Design Gráfico, mestre em Design e doutor em Educação. É professor do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós Graduação em Design da mesma instituição. Trabalha principalmente com estudos da visualidade, estudos do discurso e estudos crítico-filosóficos em design. Lidera o Grupo de Estudos Discursivos em Arte e Design da UFPR, e atualmente desenvolve um projeto de pesquisa acerca das tecnologias sexuais. contato@marcosbeccari.com

<http://lattes.cnpq.br/1779138299755162>

Como citar esse texto: BECCARI, M. N. A pornificação do trabalho: uma reflexão a partir de Paul B. Preciado. **V!RUS**, São Carlos, n. 21, Semestre 2, dezembro, 2020. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus21/?sec=4&item=2&lang=pt>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

ARTIGO SUBMETIDO EM 23 DE AGOSTO DE 2020

Resumo

Esta é uma contribuição ao dossiê “Nunca fomos tão digitais” da revista V!RUS, abordando a vinculação entre tecnologias digitais e a precarização do trabalho. Proponho um recuo teórico acerca do que Paul B. Preciado chamou de “pornificação do trabalho”, com o propósito de assinalar a proeminência de tal noção no contexto da pandemia global de 2020. Para delimitar o conceito, aponto sua veiculação com a ideia de “biopolítica”, de um lado, e seu distanciamento em relação aos teóricos do “pós-fordismo”, de outro. Na sequência, explico como Preciado associa a produção pornográfica aos modos vigentes de trabalho. Por fim, argumento que o trabalho pornificado despontou na conjuntura pandêmica sob o signo de uma multidão de corpos disponíveis e descartáveis. Ao especificar tal dimensão da crise pandêmica global, o meu intuito é destacar o caráter predatório que a economia neoliberal adquiriu recentemente e, por conseguinte, a precarização geral das condições de trabalho.

Palavras-chave: Teoria do trabalho, Covid-19, Neoliberalismo, Paul B. Preciado

1 Introdução

Uma das mudanças mais imediatas decorrentes da pandemia do Covid-19, que assolou o mundo neste ano de 2020, reside nas formas de trabalho. Não apenas pelas dinâmicas de isolamento e interação *online*, mas amplamente em toda cadeia produtiva que faz circular o capital. De modo geral, o que se evidenciou e se intensificou nas práticas trabalhistas foi o fato de que o chamado “trabalho imaterial”¹ sempre dependeu de

sua contraparte precária e desqualificada. Ou seja, para que exista algo como o *home office* é preciso que grandes massas de trabalhadores(as) arrisquem suas vidas cuidando dos doentes, entregando mercadorias ou embalando alimentos. Significa, mais precisamente, que algumas vidas são mais valorizadas do que outras. Isso sem falar, ademais, da disseminação paralela dos genocídios de imigrantes, transexuais, negros etc., a ponto de a expressão “não consigo respirar” ter adquirido globalmente um sentido político para muito além dos sintomas respiratórios oriundos do vírus².

À parte da grande parcela de trabalhadores expostos ao lado de fora das medidas de confinamento, as restrições dos espaços de trabalho não implicaram a redução do trabalho em si, mas, antes, o seu deslocamento para o lar e a vida doméstica, de modo a tornar tais domínios mais úteis para o intercâmbio e a acumulação de capital. Essa transição sobrecarregou mais mulheres do que homens, revelando não apenas a permanência da desigualdade de gênero atrelada à divisão de trabalho nos lares, como também que tal sorte de tarefa não é sequer considerada trabalho, e sim uma atividade de cuidado e lazer familiar estrategicamente apartada do sistema econômico, garantindo, assim, o seu funcionamento. Como bem sintetizou Caroline Criado Pérez (*apud* RAMÍREZ, 2020, s. p.), “existe uma tautologia sobre a mulher trabalhadora: não existe a mulher que não trabalha, só mulheres não remuneradas”. Assim, se as práticas trabalhistas foram, na pandemia, reconfiguradas de forma a agravar tacitamente as desigualdades de gênero, raça, classe, entre outros, é cogente examinar as condições políticas que tornam aceitável essa distribuição assimétrica de vulnerabilidades (LORENZINI, 2020) no âmbito do trabalho.

A noção foucaultiana de biopolítica foi retomada, com frequência, no recente debate filosófico que se conjugou em torno da pandemia³. E, no que concerne à dimensão do trabalho, Stijn De Cauwer e Tim Christiaens (2020) mostraram assertivamente como a precarização exponencial da força de trabalho segue diretamente atrelada a um regime biopolítico. Um dos textos mais instigantes publicados nesse contexto, e que enseja o presente artigo, intitula-se “*Aprendiendo del virus*”, onde Paul B. Preciado (2020) disserta com agudeza sobre as implicações das tecnologias digitais e de transmissão da informação na constituição dos sujeitos em regime de confinamento.

O filósofo retoma sua tese de doutorado acerca da mansão Playboy⁴ para argumentar que a cama giratória de Hugh Hefner, fundador e editor-chefe da corporação erótica, foi uma espécie de protótipo para o sujeito confinado e ultra-conectado que hoje ganha corpo no que Preciado denomina “regime farmacopornográfico”⁵. Hefner, afinal, dirigiu por quatro décadas a revista mais importante dos Estados Unidos sem sequer sair da cama, vestindo um pijama icônico na companhia das *Playmates* que habitavam a mansão. Sua cama era ao mesmo tempo o seu escritório, um lugar para fazer sexo e um palco para ensaios fotográficos e programas televisivos. Só não era usada para dormir, uma vez que Hefner vivia à base de anfetaminas que eliminam a fadiga e o sono. De fato, sua vida era literalmente farmacopornográfica: seu hedonismo extremo era indissociável do trabalho *full time*, conjugação alimentada por um coquetel diário de pílulas contraceptivas e medicamentos para manter o nível de produção elevado.

A silenciosa revolução biopolítica que a Playboy conduziu significou, além da transformação da pornografia heterossexual em cultura de massa, o questionamento da divisão que tinha fundado a sociedade industrial do século XIX: a separação das esferas de produção e reprodução, a diferença entre fábrica e casa, e com ela a distinção patriarcal entre masculinidade e feminilidade. A Playboy abordou essa diferença propondo a criação de um novo enclave de vida: o apartamento do solteiro totalmente ligado às novas tecnologias de comunicação, das quais o novo produtor semiótico não precisa sair, nem para trabalhar, nem para fazer sexo – atividades que, além do mais, tinham se tornado indistinguíveis. [...] A Playboy antecipou os discursos contemporâneos sobre *home office* e a produção imaterial que a gestão da crise do Covid-19 transformou em dever do cidadão. Hefner chamou a este novo produtor social de “trabalhador horizontal”. O vetor de inovação social que a Playboy colocou em marcha foi a erosão (senão a destruição) da distância entre o trabalho e o lazer, entre a produção e o sexo. A vida do *playboy*, constantemente filmada e transmitida através da revista e da mídia televisiva, era totalmente pública, mesmo que o *playboy* não deixasse sua casa ou mesmo sua cama (PRECIADO, 2020, s. p., tradução nossa).

Se hoje, em meio à pandemia, é fácil reconhecer-se nesse “trabalho horizontal” preconizado por Hefner, obviamente não é com base em um estilo de vida hedonista, mas de modo a alimentar outra modalidade de pornografia – de orientação ascética e, por vezes, sadomasoquista – que agora conta com um aparato tecnológico bem mais avançado do que aquela cama giratória. Nossos chefes nos convocaram não somente ao confinamento, mas, antes, a um novo ritual de trabalho, cuja chave de desempenho reside no quanto estamos individualmente dispostos(as) a ceder nossos lares e corpos aos nossos empregadores. Afinal, uma vez distantes de contágios e idiosincrasias presenciais, parece sobrar mais tempo para vender não apenas a

nossa força de trabalho, mas toda uma dimensão privada a ser demasiado exposta em teleconferências “grupais”, onde vemos e ouvimos cada vez mais rostos amontoados numa mesma tela.

No presente artigo, proponho um recuo teórico acerca do que, em *Testo Junkie*, Preciado (2018, p. 289) denominou “pornificação do trabalho”, recompondo, assim, um quadro conceitual complementar ao supracitado ensaio do mesmo filósofo. Para tanto, algumas ressalvas são necessárias. A começar pela noção de pornografia, que é aqui assumida de forma figurada, e não literal, passando ao largo, pois, dos debates anti e pró-pornô. Mas, como assinalo a seguir, é significativo o fato de a indústria pornográfica ser a maior propulsora da cibereconomia, pautando, em larga medida, um tipo de produção e consumo do sexo que não é tão dissociável do trabalho quanto se costuma supor. E ainda, por questão de delimitação de escopo, não abordarei o eixo “fármaco” que, para Preciado, é igualmente determinante para a manutenção dos regimes neoliberais em curso⁶.

Parto da premissa de que a pandemia explicitou que nem o corpo individual, nem a chamada esfera privada/doméstica, escapam de certa lógica trabalhista. Qual seja, aquela em que o objetivo de todo trabalho é, antes de tudo, o de satisfazer e excitar – seja o outro, a si mesmo ou, sobremaneira, o fluxo *per se* das interações sociais. Para delinear esta pornificação do trabalho, começo por retomar as noções de pós-fordismo e biopolítica que, de saída, foram postas à prova no contexto recente da pandemia. Em seguida, explico de que maneira Preciado depreende da indústria pornográfica recente os principais traços das formas vigentes de produção e consumo. Por fim, argumento que a pandemia tem funcionado como um laboratório global da pornificação do trabalho.

2 Pós-fordismo e biopolítica

Na década de 2000, alguns pensadores neomarxistas italianos – como Antonio Negri, Michael Hardt, Paolo Virno e Maurizio Lazzarato – sugeriram que o atual processo produtivo do capitalismo tem como matéria-prima o saber, a informação, a comunicação e as relações sociais. É desse modo que esses autores situam na década de 1970 a transição para um terceiro tipo de capitalismo, depois dos regimes escravista e industrial. Tais pensadores partiram da tese de Mario Tronti (2019), em *Workers and Capital*, segundo a qual a força de trabalho sempre precedeu e excedeu o sistema de produção capitalista no qual está integrada⁷. Tronti escreveu tal obra em 1966, durante o apogeu da produção industrial em grande escala que, no entanto, ainda se pautava em um modelo que teria se enfraquecido no final dos anos 1970. Trata-se do regime fordista, no qual se produzem mercadorias materiais padronizadas por meio do trabalho repetitivo na linha de montagem. Esse tipo de produção não desapareceu dos países centrais, apenas teria migrado para países onde há força de trabalho a baixo custo⁸, enquanto a economia ocidental se especializaria, cada vez mais, na prestação de serviços e nos chamados bens imateriais.

O que os autores do pós-fordismo depreenderam de Tronti foi sua ênfase no trabalho vivo, isto é, na captura, pelo capital, da dimensão corporal dos trabalhadores. Mas enquanto Tronti considerou apenas a integração física e mecânica dos corpos na produção industrial, o paradigma pós-fordista abrange redes de cooperação nas quais toda a extensão da vida individual e subjetiva se torna uma fonte de lucro. Uma companhia aérea ou bancária, por exemplo, lucra menos com o trabalho físico de seus funcionários do que com suas habilidades sociais, intelectuais e de colaboração. Assim, na medida em que a nossa capacidade de interagir e cooperar com outras pessoas torna-se, no regime pós-fordista, uma fonte direta de lucro, a própria vida social enquanto um emaranhado incessante de interação e cooperação – ou a “multidão”, no léxico dos autores italianos – passa a integrar o processo de acumulação de capital.

Atualmente, mesmo nos chamados países pós-coloniais, como o Brasil, em que o antigo modelo fordista ainda é constatável, boa parte dos trabalhadores já não produz laboriosamente mercadorias na linha de montagem, mas vende suas habilidades sociais no setor de serviços⁹. Conforme Virno (2013) assinala, o próprio trabalho industrial tem se tornado cada vez menos rígido, a ponto de se infiltrar nos espaços do lar e da vida cotidiana. Com isso em vista, Hardt e Negri (2000, p. 30, tradução nossa) preferiram chamar o modo de produção pós-fordista de “produção biopolítica”. Essa terminologia de Foucault é ampliada pelos autores, que enfatizam o potencial emancipatório de uma biopolítica para além do governo das populações: “As resistências não são mais marginais, mas atuam no centro de uma sociedade que se abre em redes.” (HARDT, NEGRI, 2000, p. 25, tradução nossa).

Cumpra aqui retomar, ainda que brevemente, a concepção original de biopolítica. No curso *Em defesa da sociedade*, de 1975-76, Foucault (1999) apresentou esse conceito ao investigar a história das políticas públicas de saúde. Ele argumenta que, embora o fenômeno das epidemias seja tão antigo quanto o das aglomerações urbanas, foi somente a partir dos séculos XVII e XVIII que os governos consideraram a doença um risco permanente que requer uma política igualmente continuada, objetivando a gestão da população enquanto uma força de trabalho saudável e produtiva.

Mbembe (2018) observou que Foucault, a fim de destacar o caráter produtivo das relações de poder, teria negligenciado o papel da opressão colonial e da exploração da classe trabalhadora, valorizando, em contrapartida, as formas de segregação sexual e racial. A noção de necropolítica, então, remonta uma perspectiva histórica não eurocêntrica de desumanização colonial e racista entrelaçada à opressão de classe¹⁰. Mas a biopolítica, como bem salientou Daniele Lorenzini (2020), sempre abrangeu as desigualdades coloniais e raciais ao estabelecer toda sorte de hierarquização das vidas, pautando-se na produção de vulnerabilidades como meio de governar as pessoas.

Disso importa reter que a produção biopolítica, como a definiram Hardt e Negri, é não apenas distante da concepção de Foucault, como também mais abstrata e menos apurada, ao menos mediante o cenário pandêmico que se impôs ao mundo. Primeiro, porque a discussão dos filósofos italianos parece ocorrer ao largo da tendência histórica do capitalismo de favorecer um grupo de trabalhadores intelectuais e altamente qualificados, em detrimento de uma massa de desqualificados. Ainda que, por exemplo, as plataformas digitais requeiram minimamente um domínio da linguagem digital, não deixam de aprofundar aquela mesma tendência. Em segundo lugar, como ressaltam Angela McRobbie (2020), Stijn De Cauwer e Tim Christiaens (2020), a noção de “trabalho imaterial” tende a negligenciar os empregos precários e desqualificados que resultaram do pós-fordismo, e que hoje proliferam, inclusive, nas chamadas grandes potências. Os milhares de funcionários que trabalham nos centros de distribuição da Amazon, por exemplo, não escaparam da materialidade do chão de fábrica: apenas passaram a operar conforme os comandos e o monitoramento de uma máquina. Algo similar é constatável nos setores de transporte, *marketing*, educação à distância, etc.

Ou seja, por mais que tenha aumentado, nas últimas décadas, a demanda por trabalho qualificado, certo “proletariado” não deixou de existir. Pelo contrário, expandiu-se e dispersou-se por meio da terceirização e de empresas subsidiárias. De fato, à primeira vista parece se tratar de um processo de desmaterialização: o Airbnb não possui imóveis, o Uber não emprega um único motorista. O que ocorre, porém, é que a maior parte dos encargos materiais – instrumentos, horários de expediente, treinamentos, riscos de saúde, etc. – acaba sendo transferida ao trabalhador individual. Há, de modo geral, uma plataforma virtual que, por meio de um algoritmo inacessível, distribui tarefas e recompensas a trabalhadores que, por sua vez, mais competem do que cooperam entre si. A tácita ascensão desse paradigma não parece favorecer aquele potencial emancipatório que Hardt e Negri atribuem ao que chamam de “produção biopolítica”.

Já a “pornificação do trabalho” descrita por Preciado não só assimila acuradamente a concepção foucaultiana de biopolítica, como também a atualiza e a penetra de maneira contundente. Embora o foco de Preciado não seja o trabalho pornográfico em si, sua tese se pauta nas formas (e plataformas) pelas quais este trabalho se aproxima dos demais, consistindo nisto a pornificação: “Digamos sem rodeios: na economia pornô, não há trabalho que não seja destinado a levantar o pau, a manter ereto o pau global” (2018, p. 308). Para o filósofo espanhol, a matéria-prima do capitalismo contemporâneo não é a informação, a comunicação ou as relações sociais, e sim a masturbação e a ejaculação. E tal sorte de trabalho não pode, de modo algum, ser considerada imaterial, posto que sua trama é biológica, carnal, embora também possa ser virtual, impessoal e impalpável. Entendê-la requer, com efeito, pensar mais detidamente na noção de pornografia.

3 Da pornografia ao trabalho pornificado

A pornografia é um dispositivo masturbatório comercializável que, nos termos de Preciado (2018, p. 283), “funciona em uma ambivalência: é um aspecto oculto e marginal da indústria cultural contemporânea, mas é também o paradigma de qualquer outro tipo de produção pós-fordista”. O autor chegou a contabilizar mais de 1,5 milhão de *sites* adultos que podem ser acessados em qualquer ponto do planeta. “A indústria do sexo não só é o mercado mais rentável da Internet: é também o modelo de rentabilidade máxima”, uma vez que implica “investimento mínimo, venda direta do produto em tempo real e formato único, satisfação imediata para o consumidor” (2018, p. 41-42).

As produções amadoras, em especial, já não representam um mercado emergente, pois tal modalidade tornou-se a mais consumida. O recente acesso de classes mais baixas aos meios da produção pornográfica sabotou um monopólio que, até meados deste século, ainda era controlado pelas grandes multinacionais pornô. Qualquer pessoa, afinal, que possui um corpo, um computador, uma câmera de vídeo, uma conexão à Internet e uma conta bancária pode criar a sua própria página e inserir-se na indústria do sexo. Mais do que nunca, portanto, o sexo se eleva a (ou, para Preciado, se *revela*) um motor do capital, uma mercadoria abundante e um recurso virtualmente inesgotável.

A indústria pornográfica provê, assim, um modo específico de produção e consumo que, por sua vez, não se reduz ao orgasmo: “o objetivo não é a produção de prazer, mas o controle da subjetividade política por meio da gestão do circuito de excitação-frustração” (PRECIADO, 2018, p. 318-319). Muitas estratégias de compra, venda e competição se transformaram progressivamente, a partir do momento em que a pornografia se

tornou efetivamente uma indústria de massa – o que, não por acaso, coincide com o ápice da indústria farmacêutica: “Não há pornô sem Pílula ou Viagra. Ou, inversamente, não há Viagra ou Pílula sem pornô” (idem, p. 53). A pílula contraceptiva, cujos componentes químicos já figuram o fármaco mais consumido da história da humanidade, consolidou uma distinção outrora tida como imoral: nem todo trabalho sexual implica reprodução, e vice-versa. De um lado, são cada vez mais baixos os custos de fabricação em grande escala de medicamentos, embora os custos de pesquisa e desenvolvimento de remédios sejam elevados; de outro, os vídeos pornô são cada vez mais baratos de se produzir e de se distribuir. Em ambos os casos, o que se produz/consome não são coisas, mas reações químicas que visam à atenuação da dor ou à consumação de desejos.

Se, na década de 1950, alguns teóricos, como Marshall McLuhan, Buckminster Fuller e Norbert Wiener afirmavam que as tecnologias da comunicação funcionam como uma extensão do corpo, hoje a pornografia parece inverter essa lógica: o corpo individual funciona como uma extensão das tecnologias globais – tanto de comunicação, quanto, antes, de produção e consumo. A pornografia, afinal, não se reduz a uma representação das interações sexuais, pois revela que essas práticas já são em geral encenadas, reguladas e reproduzidas em uma cadeia de produção de subjetividades. Com efeito, não se trata de um poder externo que vem expropriar, reprimir ou controlar os impulsos sexuais do indivíduo; a pornografia, antes, conecta os indivíduos a um mercado que não só congrega impulsos sexuais, mas os produz e os intensifica.

Essa dimensão produtiva passou despercebida por Marx (2000) e Engels (2017), que consideravam a prostituição como um trabalho servil e improdutivo (no sentido de não gerar produtos ou resultados), que, mais precisamente, funciona como contraparte estrutural da instituição burguesa do casamento monogâmico. A relação entre prostituição e pornografia não é imediata, nem tampouco simples de ser feita (não pertencem, por exemplo, a um mesmo setor econômico). Mas Preciado destaca que, no âmbito do trabalho, ambas as categorias são atualmente as mais precárias e, ao mesmo tempo, as que mais crescem em número de trabalhadores(as). Tal constatação vem acompanhada de uma afiada percepção, por parte do filósofo, de que o tipo de trabalho que, em cada momento histórico, é o mais precário e abundante define acuradamente a forma de produção característica de uma economia. Em seus termos:

É o corpo do escravo e da escrava colhedores de algodão e sua reprodução obrigatória que definem a economia de *plantation*, o corpo da mulher que define a reprodução heterossexual branca, o corpo do trabalhador das minas que define a economia da máquina a vapor, o corpo do trabalhador e da trabalhadora fungíveis que define o campo de concentração, o corpo do trabalhador e da trabalhadora da fábrica que define a economia fordista. O trabalho e o tipo de exploração específica que definem hoje a economia farmacopornográfica é o trabalho sexual, e o corpo paradigmático desse modelo de produção é o da puta migrante, do transgênero trabalhador do sexo ou o da atriz e do ator pornô (PRECIADO, 2018, p. 302).

É sob esse prisma que devemos assimilar o conceito de pornificação do trabalho: não como, literalmente, um trabalho pornográfico¹¹, mas como modelo de produção e consumo que, diferente da descrição dos teóricos do pós-fordismo, é menos imaterial do que *invisível*. A pornificação designa, pois, uma força de trabalho massificada que, porém, permanece num nível *underground*, fora de vista, no lado do não assalariado, do não sindicalizado – no lado ilegal ou marginal. Como uma sombra do trabalho imaterial (de informação e comunicação), o trabalho pornificado constitui uma outra economia produtiva que depende de corpos subempregados, sub-remunerados e despojados de quaisquer direitos trabalhistas. Com efeito, no lugar de uma cooperação social que, como queriam os filósofos do pós-fordismo, tornaria a multidão capaz de resistir e superar sua exploração, prevalece o impulso de um auto-empresendedorismo predatório com o qual, sob a égide de serviços por aplicativos e seus algoritmos obscuros, os trabalhadores competem entre si por produtividade, pontuação, metas cumpridas.

Os funcionários de um centro de distribuição da Amazon são contratados e demitidos por um sistema que rastreia sua produtividade em tempo real; os entregadores *delivery* passam a maior parte de seus dias correndo com suas motos e bicicletas (que são seus bens, não da empresa); os departamentos de relações públicas só interagem com o público de forma *online*, não raro por meio de *scripts* e robôs automatizados.

Todos esses trabalhadores se situam no limiar do trabalho formal. E no limiar da cidadania, ou mesmo do humano. No âmbito das relações de trabalho, há um acirrado debate em curso quanto à legitimidade de se considerar se essas pessoas são ou não trabalhadores. No caso dos motoristas de Uber e de entregadores em geral (*delivery*), não há qualquer vínculo trabalhista e, portanto, não podem ser considerados formalmente como trabalhadores. Em vez disso, são enquadrados como empreendedores autônomos. Assim, embora sejam subordinados a uma empresa e, por extensão, estejam inseridos na ordem do direito comercial, essas pessoas não estão protegidas pelo direito do trabalho. No Brasil, tal contenda ganhou repercussão no decurso da

pandemia, quando muitos entregadores, com apoio de parte da imprensa, começaram a se articular para mobilizar a população quanto à necessidade de regulação desse tipo de trabalho¹².

No mundo inteiro, ademais, a formação de sindicatos tem sido explicitamente desencorajada e a negociação coletiva por melhores condições de trabalho tornou-se quase impossível. Essas não são circunstâncias favoráveis à política coletiva da classe trabalhadora; pelo contrário, abrem caminho a uma pornificação geral do trabalho – processo que, novamente de maneira perspicaz, Preciado depura à luz das conexões entre a indústria do sexo e o complexo industrial-carcerário:

No farmacopornismo, as zonas de produção pornográfica e de trabalho sexual ocupam uma posição estrutural semelhante à da prisão. A cartografia composta pelos circuitos da indústria do sexo, o complexo industrial-penal e os espaços domésticos é composta de enclaves de exploração máxima, verdadeiros oásis do capitalismo *übermaterial*, reservas distópicas de experimentação biopolítica existentes no cerne das atuais sociedades democráticas. A pornografia e a prisão são as duas únicas indústrias que funcionam nas nossas sociedades democratas e humanistas segundo um regime pró-escravista próximo ao da economia de *plantation*: segregação racial e de gênero; salários mínimos ou inexistentes; proibição de sindicatos e do direito à greve; ausência de férias pagas ou dias pagos por motivos de doença ou seguro-desemprego. A indústria do sexo e o complexo industrial da prisão são os dois âmbitos em que os trabalhadores foram inteiramente privados de todo direito civil e de todo privilégio econômico ou moral sobre o trabalho que lhes é expropriado (PRECIADO, 2018, p. 330-331).

A pornificação do trabalho assinala, pois, com clareza a massa de *outsiders* do mercado de trabalho, isto é, aqueles que usufruem dos contratos mais precários e de menor cobertura dos sistemas de proteção social. O trabalho pornificado, ademais, também explicita – na esteira de conceitos recentes como “precarizado” (STANDING, 2014) e “cibertariado” (HUWS, 2017) – um dos aspectos fundamentais das atuais políticas de confinamento: a apropriação, pelo capital, da vida privada.

4 Considerações finais: a exploração por outros meios

A pandemia do coronavírus escancarou e acelerou os perigos sociais da economia neoliberal. Transpondo a esse contexto o argumento de Preciado acerca da pornificação do trabalho, poderíamos dizer que as dinâmicas contemporâneas de trabalho *online* parecem ser “a continuação, por outros meios, da economia do escravismo no centro das sociedades democráticas ocidentais” (PRECIADO, 2018, p. 331). Se me refiro ampla e vagamente a um “trabalho *online*” é porque, mediante a crise geral de um mundo pandêmico, vemos acumular-se uma multidão de corpos digitais à disposição do capital.

Para nos atermos a um caso emblemático, este foi o ano em que a Amazon provou sua hegemonia econômica, com um crescimento de dois dígitos nos preços das ações, combinado com uma negligência implacável aos protestos de seus funcionários. Se a empresa manteve um status confiável no mercado, é porque sua missão se restringe ao trabalho imaterial de gerenciar e promover sua plataforma *online*, de sorte que a entrega de mercadorias nas casas das pessoas é um trabalho subsidiado (terceirizado ou ofertado a profissionais autônomos) que não envolve nenhum funcionário da empresa¹³. Logo, se um dos imperativos do regime fordista era o de extinguir os custos com a qualificação do operariado (na medida em que cada qual deveria se ater a uma operação simples e repetitiva), na atual pornificação do trabalho trata-se de abolir os custos com os próprios funcionários, donde muitas empresas atuam como um cafetão, que toma para si todo o lucro obtido por trabalhadores virtualmente autônomos.

O chamado trabalho imaterial é, portanto, somente a ponta de um *iceberg* cujo corpo submerso é feito de uma miríade de trabalhos pauperizados, marginais e exaustivos. O vírus que assolou o mundo mostrou com clareza que, em suma, quanto mais as empresas investem em trabalho imaterial, mais descartável se torna a vida. Os modelos de negócio de empresas como a Amazon, o Uber e o Alibaba priorizam a gestão de suas próprias marcas, relegando seus trabalhadores a um algoritmo que os gerencia conforme seu desempenho e complacência. E, no contexto de uma pandemia, quando muitos perdem seus empregos materiais, essas empresas podem contar com um exército de reserva extremamente desamparado e virtualmente infinito para minar, como nunca antes, as condições predatórias a que esses mesmos trabalhadores se submetem.

A pornificação do trabalho depende, com efeito, de corpos disponíveis, desarmados e descartáveis. O que institui e normaliza esse tipo de trabalho é o velho princípio do biopoder, que segmenta a população em diferentes níveis de exposição à morte e ao empobrecimento, sobretudo em termos de classe, gênero e raça. Nesse sentido, a conjuntura da pandemia tornou-se um laboratório privilegiado para a experimentação, em

escala global, da pornificação do trabalho, restando provável a implementação desse modelo de biopolítica enquanto programa longo de segregação em massa.

Referências

BRAGA, R. **A nostalgia do fordismo**: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

DE CAUWER, S.; CHRISTIAENS, T. The Multitude Divided: Biopolitical Production during the Coronavirus Pandemic. **Rethinking Marxism**, Dossier "Pandemic and the Crisis of Capitalism", Summer 2020, p. 118-127.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Nacional, 2017.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HUWS, U. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Campinas: Edunicamp, 2017.

LORENZINI, D. Biopolitics in the Time of Coronavirus. **Critical Inquiry**, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://criting.wordpress.com/2020/04/02/biopolitics-in-the-time-of-coronavirus>. Acesso 20 agosto de 2020.

MARX, K. **Theories of Surplus Value**. Amherst: Prometheus Books, 2000.

McROBBIE, A. Fashion's Click and Collect: A Labour Perspective. **Verso Blog**, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.versobooks.com/blogs/4566-fashion-s-clickand-collect-a-labour-perspective>. Acesso 20 agosto de 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1, 2018.

MBEMBE, A. The Universal Right to Breathe. **Critical Inquiry**, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://criting.wordpress.com/2020/04/13/the-universal-right-to-breathe/>. Acesso 20 agosto de 2020.

PASSOS, U. Saiba o que os grandes filósofos estão dizendo sobre coronavírus. **Ilustríssima – Folha de S. Paulo**, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/04/saiba-o-que-os-grandes-filosofos-estao-dizendo-sobre-coronavirus.shtml>. Acesso 20 agosto de 2020.

PRECIADO, P. B. **Pornotopia**: an essay on Playboy's architecture and biopolitics. New York: Zone Books, 2014.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopronográfica. São Paulo: n-1, 2018.

PRECIADO, P. B. Aprendiendo del virus. **El País**, 28 mar. 2020. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html. Acesso 20 agosto de 2020.

RAMÍREZ, N. Trabalho de madrugada porque não dou conta de tudo em casa: a nova normalidade massacra as mulheres. **El País**, 28 mai. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/smoda/2020-05-28/trabalho-de-madrugada-porque-nao-dou-conta-de-tudo-em-casa-a-nova-normalidade-massacra-as-mulheres.html>. Acesso 20 agosto de 2020.

SCHAPELZON, S. A luta dos entregadores de aplicativo contra os algoritmos autoritários. **El País**, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-07-25/a-luta-dos-entregadores-de-aplicativo-contra-os-algoritmos-autoritarios.html>. Acesso 20 agosto de 2020.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TRONTI, M. **Workers and Capital**. Londres: Verso, 2019.

VIRNO, P. **Gramática da multidão**: para uma análise das formas de vida contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013.

-
- 1** Ou aquilo que os teóricos do pós-fordismo (como Michael Hardt, Antonio Negri e Paolo Virno) chamavam de “trabalho intelectual”, “trabalho cognitivo”, “trabalho não objetivável”, etc.. Adiante esclareço como tais conceitos mostram-se insuficientes sob o prisma de Paul B. Preciado.
 - 2** Refiro-me ao assassinato de George Floyd, afro-americano que fora estrangulado por um policial branco em 25 de maio de 2020. O episódio teve repercussão mundial, corroborando, de maneira quase premonitória, um ensaio que Achille Mbembe (2020) havia publicado poucas semanas antes, com o título *The Universal Right to Breath* (“O direito universal de respirar”).
 - 3** Ver, a este respeito, a compilação feita por Úrsula Passos (2020) dos textos que tiveram maior repercussão até abril de 2020.
 - 4** Tese defendida em 2010, no Programa de Teoria da Arquitetura da Universidade de Princeton, com o título *Pornotopia: Architecture and Sexuality in Playboy During the Cold War*. Ver: PRECIADO, 2014.
 - 5** Conforme Preciado (2018, p. 36) esclarece e desenvolve com afinco em *Testo Junkie*, “o termo se refere aos processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a *Playboy* são dois resultados paradigmáticos”.
 - 6** Preciado tem em mente, sobremaneira, “um processo de privatização dos atuais Estados-nação, que se verão progressivamente absorvidos pela indústria fármacopornográfica” (PRECIADO, 2018, p. 407). Quanto a isso, basta constatarmos que, hoje, as multinacionais farmacêuticas disputam uma corrida acirrada não apenas pela vacina contra a Covid-19, mas também pelas melhores negociações com chefes de Estados.
 - 7** “Força de trabalho não é, portanto, apenas trabalho potencial, mas também capital potencial” (TRONTI, 2019, p. 155, tradução nossa). Significa que, uma vez capturada pelo processo de acumulação capitalista, a força de trabalho é subsumida a uma engrenagem do capital, de modo a anular toda a sua potencialidade.
 - 8** Muito embora, cumpre frisar, este não tenha sido um processo homogêneo. Conforme sublinho adiante, o regime fordista ainda segue em vigor, inclusive em países centrais.
 - 9** No caso específico do Brasil, não obstante, é preciso ter em vista que, historicamente, a maior parte dos trabalhadores sempre esteve fora do modelo fordista, seja ele industrial ou de serviços, através de relações cambiantes de formalidade/informalidade. Além disso, conforme argumenta Ruy Braga (2003), em *A nostalgia do fordismo*, a implantação do fordismo no Brasil não foi bem-sucedida e nunca se concretizou plenamente.
 - 10** “Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas, acabou comparando as classes trabalhadoras e o ‘povo apátrida’ do mundo industrial aos ‘selvagens’ do mundo colonial” (MBEMBE, 2018, p. 21).
 - 11** Mesmo porque, na indústria pornográfica, a produção ainda segue certo princípio fordista: provocar uma ejaculação com um mínimo de planos e sequências audiovisuais, do mesmo modo que uma linha de montagem deve produzir um carro no menor tempo possível.
 - 12** Ver, a este respeito: SCHAPELSON, 2020.
 - 13** Quanto ao tratamento da Amazon para com seus funcionários, De Cauer e Christiaens (2020, p. 125, tradução nossa) sintetizam o quadro: “O principal negócio da Amazon está na autopromoção na mídia. Então ela investe em trabalho imaterial para gerenciar sua imagem pública, enquanto investe menos no trabalho desqualificado que se encarrega do trabalho material real de coleta e transporte de embalagens”.